

Professores de todos os Países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

DEPOIS DAS «ELEIÇÕES» PRESIDENCIAIS

TRES TAREFAS ESSENCIAIS

PARA O ENGRANDECIMENTO DO PARTIDO



Das grandes batalhas pela democracia travadas no terreno das eleições presidenciais, saíram completamente triunfantes a apreciação da situação e a orientação política do Partido.

A orientação do Partido quanto às eleições presidenciais, tropeçou inicialmente com incompreensões, vacilações e resistências de muitos democratas honrados e até de alguns camaradas influenciados por concepções oportunistas. Mesmo em momentos em que parecia irremediavelmente triunfar no campo democrático as concepções oportunistas, o Partido defendeu com inabalável firmeza a sua orientação. Os factos deram total razão ao Partido.

As descaradas ameaças do governo de recorrer às armas contra o movimento popular, as brutalidades das forças repressivas contra manifestações democráticas (Marinha Grande, Beja, Évora, Lisboa, etc.), o assassinato pela PIDE do nosso camarada **António Almeida** em pleno período eleitoral, as sucessivas conferências militares (dos altos comandos, da PSP, GNR, Legião), os «exercícios» do Exército e da Aviação, a propaganda salazarista de puro estilo nazi e de incitamento à guerra civil, — mostraram claramente que eram justas a apreciação e as prevenções do PCP quando afirmava que o governo fascista não cederia pacífica e democraticamente o poder, mas o defenderia com desespero, empregando a intimidação, a violência e a mais brutal repressão contra o movimento popular.

A recusa sistemática do governo a permitir qualquer verificação ou consulta dos cadernos eleitorais, a acção da Censura, a proibição de falar imposta a numerosos oradores democratas, a proibição de assembleias nos campos de jogos, as dificuldades de toda a ordem levantadas à realização de reuniões e manifestações, as tremendas limitações postas à acção das forças democráticas em contraste com a colocação de todos os recursos e meios do estado ao serviço da propaganda eleitoral salazarista e finalmente o «resultado» grosseiramente falsificado das eleições — mostraram claramente ser justa a opinião do Partido de que, nas condições ditadas por Salazar, ir às eleições, seria prestar um serviço ao fascismo; de que as condições existentes não podiam ser consideradas as condições mínimas exigidas pela Oposição e de que, assim, a abstenção era a única atitude justa a tomar pelos democratas.

As declarações provocatórias de Cunha Leal, Manuel Serras, Joaquim Ribeiro, António Maria da Silva e outros, caluniando o PCP e as forças democráticas em luta e pregando um entendimento com a ditadura fascista, o aplauso entusiástico dos salazaristas a essas declarações, — mostraram serem justas as advertências do Partido dizendo que tais elementos oportunistas são verdadeiras

Neiros agentes do inimigo, desmascarando a pretensa «Terceira Força» (anti-comunista e «anti-salazarista») como uma força ao serviço de Salazar e defendendo a necessidade de dar combate a esses inimigos encapotados.

As grandiosas manifestações populares com um total de muitas centenas de milhares de democratas em todo o país, a vastíssima movimentação de massas, — mostram que o Partido tinha razão em confiar no espírito democrático do povo português e na tremenda força das massas.

A posição do Partido na política nacional saiu assim extraordinariamente reforçada. É nosso dever levar a cabo um esforço decidido, para que o Partido possa aproveitar todos os ensinamentos colhidos neste mês e meio de ampla luta legal e de mobilização de massas e todas as amplas e novas perspectivas que se apresentam para o seu engrandecimento.

Que se impõe que façamos neste sentido?

Impõe-se, em primeiro lugar, que os ensinamentos políticos colhidos neste período de luta, sejam amplamente aproveitados para o fortalecimento ideológico do Partido.

A linha política do Partido foi submetida a uma importante prova. Os factos provaram a justeza das apreciações do Partido e das suas previsões. Mostrou-se dum forma clara e acesível às massas a justeza da linha política do partido; a necessidade da união de todos os patriotas, o estabelecimento da unidade através da luta de massas e de organismos impulsivos da luta de massas, a necessidade da intensificação do movimento popular, o levantamento nacional como meio para desalojar a camarilha fascista do poder e instaurar em Portugal um regime democrático. A análise do período de luta que vimos de travessar, é a melhor comprovação da justeza da linha do P., dos seus fundamentos teóricos e das suas raízes na experiência prática da luta.

O estudo e discussão dos documentos do Partido em relação às «seleções» presidenciais (particularmente os informes políticos ao 2.º Congresso legal e a reunião do CC em Julho de 1947, os principais artigos do «Avante!» e do «Militante» desde 1946, o documento «O PC e as «seleções» presidenciais», o manifesto do Secretariado «Condições mínimas ou abstenção eleitoral», o manifesto «Não votar» e materiais posteriores às «seleções»), devem obrigatoriamente ter feitos em todos os escalões do Partido. A propaganda oral e escrita das organizações do Partido deve sublinhar a justeza da apreciação política e da orientação do Partido, mostrando às massas que o caminho para o derrubamento do fascismo apontado ao povo português pelo Partido, é o único caminho justo.

Impõe-se, em segundo lugar, que os ensinamentos políticos deste período de luta sejam amplamente aproveitados para o fortalecimento da unidade política e de acção de todo o Partido.

Apesar de que, de uma maneira geral, as organizações do Partido estiveram à altura da situação, houve, da parte de alguns camaradas, graves vacilações. Alguns camaradas, esquecendo a natureza do estado fascista, acreditaram numa fácil mudança do regime por via pacífica e legal. Defenderam a ida às «seleções» nas condições ditadas por Salazar, acreditando numa vitória democrática nessas condições e em que os fascistas respeitariam o voto popular e abandonariam pacificamente o poder. Manifestaram-se contra a firmeza política do Partido e defenderam a transigência perante as tendências oportunistas de compromisso com o salazarismo e de capitulação.

Tais ideias oportunistas de membros do Partido — alguns dos quais trabalhando em organismos de unidade — mostraram que esses camaradas duvidaram da justeza da orientação do Partido, substituíram a força orgânica e a influência do P. e se deixaram arrastar pela propaganda dos oportunistas e do governo.

Estas vacilações e posições oportunistas foram um obstáculo ao desenvolvimento do movimento popular, levaram esses camaradas a não empenharem todos os seus esforços na mobilização de massas e na popularização da orientação do Partido em relação às «seleções» presidenciais. A luta pelas condições mínimas e por reivindicações políticas concretas e imediatas poderia ter sido muito mais intensa no período eleitoral, se tais vacilações e incompreensões não tivessem existido nas nossas fileiras.

Dei a necessidade de que todas as organizações do Partido em se manifestarem tais tendências, as su metam a uma análise e a uma crítica severa.

Daí também a necessidade de todos os camaradas que manifestam tais tendências, fazerem uma auto-crítica honesta; aqueles que se mostrem incapazes de a fazerem, não poderão ficar em cargos de direcção e muito menos com tarefas relativas à unidade com outras forças antifascistas. O oportunismo é a voz do inimigo no campo democrático. Se, em relação ao movimento democrático em geral, o partido toma uma posição intransigente para com os oportunistas, agentes do inimigo, de forma alguma se poderiam admitir tais tendências no seio do próprio Partido, depois da completa comprovação, pelos acontecimentos, da aprecação, das prevenções, das previsões e da orientação do P.

As medidas atrás apontadas, constituem condição indispensável para o fortalecimento da unidade de vontade e de acção do nosso Partido.

Impõe-se, em terceiro lugar, que o prestígio ganho pelo nosso Partido neste período de luta, seja consolidado por uma ampla campanha de recrutamento.

A justiça da orientação e da acção do Partido, deram ao Partido não só a simpatia como o apoio activo de milhares de democratas sem partido.

Milhares de trabalhadores e de intelectuais, de jovens e de mulheres, viram no Partido o mais sólido estelo do movimento democrático, o Partido que desde a primeira hora desvendou o carácter das «eleições» presidenciais e definiu a orientação justa das forças democráticas em relação a elas.

Todos viram que foi a orientação do Partido que acabou por triunfar, porque os factos a comprovaram e as massas a compreenderam.

Por todo o país, numerosos democratas sem partido, revelam-se lutadores firmes e esclarecidos, seguindo a orientação do Partido e trabalhando em estreita colaboração com os nossos camaradas.

Abrem-se assim amplas perspectivas para o alargamento e reforço da organização do Partido. Todas as nossas organizações devem no respectivo sector, levar a cabo uma campanha de recrutamento, chamando ao Partido homens e mulheres que se tenham destacado pela sua firmeza e seriedade e que estão conosco, tanto pela sua concordância com a orientação do Partido, como pela sua acção prática.

O engrandecimento do Partido, é condição indispensável para o triunfo da causa antifascista. Se soubermos aproveitar os ensinamentos da luta no terreno das «eleições» presidenciais e os grandes êxitos alcançados pelo Partido, para o fortalecimento ideológico, para o reforço da unidade, para o aumento da quantidade e da qualidade dos membros do Partido, o Partido dará um novo e grande passo em frente, como a primeira força do campo democrático a que cabe um papel determinante na luta pela libertação de Portugal da tirania fascista.

POR UMA ORIENTAÇÃO JUSTA

NOS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS

FAÇAMOS APLICAR A LINHA DO PARTIDO!

Raras vezes a situação foi tão favorável para a mobilização das massas trabalhadoras na luta pelas suas reivindicações, como a que vivemos actualmente.

O AUMENTO CONSTANTE DO CUSTO DE VIDA, ENQUANTO OS SALÁRIOS SE MANTÊM INVARIÁVEIS, OS DESCONTOS CADA VEZ MAIORES NOS SALÁRIOS, ENQUANTO OS ABJONOS E A PREVIDÊNCIA SÃO DIMINUIDOS E ATÉ, NALGUNS CASOS, RECUSADOS, ETC. ETC., VÊM CAUSANDO UM GRANDE DESCONTENTAMENTO ENTRE OS TRABALHADORES.

Tudo isto são factores importantes a ter em conta pelas organizações do Partido e por cada um dos seus militantes, com vistas à mobilização das massas trabalhadoras para a luta reivindicativa, **PARA A ORGANIZA-**

ÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSAS.

Mas, se isto é assim, não se vá julgar que nada mais há a fazer do que esperar que os movimentos se dêm por si. Não. Pelo contrário. **AO PARTIDO, AOS SEUS MILITANTES, CABE A TAREFA DE FOMENTAR, ORGANIZAR E ORIENTAR OS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS DAS CLASSES TRABALHADORAS.** Mas, para isso, é necessário que todos os militantes do Partido saibam estudar com a atenção devida a situação dos trabalhadores, adivinhar, por assim dizer o seu sentir e aspirações, porque só assim poderão ficar em condições para mobilizarem as massas para a luta, indicá-lhes formas correctas de organização e imprimir uma orientação justa aos movimentos, apóitar com segurança às massas o alvo a atingir.

Mas para que isto se possa fazer, para que as organizações e militantes do Partido possam imprimir uma justa orientação aos movimentos reivindicativos de massas, é preciso, impõe-se, em primeiro lugar, que eles próprios estejam identificados com a linha do Partido, que a compreendam inteiramente. E isto nem sempre tem sucedido.

A orientação dada a alguns movimentos reivindicativos ocorridos nos últimos tempos, confirma o que acabamos de dizer. Algumas organizações e militantes do Partido, mesmo dos mais responsáveis, se bem que atentos à situação das massas trabalhadoras e à sua mobilização para a luta pelas suas reivindicações, não têm sabido aplicar e fazer aplicar na prática a linha do Partido, substituem a orientação do Partido nos movimentos reivindicativos, confundem a acção e tarefas das Comissões de Unidade com as tarefas das Comissões Sindicais e vice-versa, não tratando, como se impunha, do tomarem as medidas convenientes para colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Assim, últimamente, vem-se verificando uma assinalada **tendência legalista** na orientação de alguns movimentos reivindicativos. A luta vem sendo travada quase exclusivamente à base dos Sindicatos Nacionais e do I. N. T., substituído se as acções de massas nos locais de trabalho, directamente junto dos patrões. E assim se perde de vista a riquíssima experiência de milhares de lutas vitoriosas. Os militantes do Partido têm ido a reboque dos acontecimentos, caem no deixa-andar-que-tudo-é-luta, em vez de se colocarem audaciosamente à frente das massas e assim conduzi-las pelo caminho justo.

Isto tem sucedido, em grande parte, porque se não apreendeu convenientemente a orientação do Partido sobre as tarefas que cabem às Comissões de Unidade e às Comissões Sindicais. Nalguns casos a constituição de Comissões Sindicais deu lugar ao desaparecimento, pelo menos no nome, das Comissões de Unidade, passando as Comissões Sindicais a realizar tarefas duplas, nuns casos e noutros casos, a realizar tarefas que competem inteiramente às Comissões de Unidade.

E aqui está uma das razões fundamentais da orientação legalista que se vem assinalando nalguns movimentos reivindicativos importantes da classe operária, a que é preciso pôr termo rapidamente. A persistir tal orientação acarretaria enormes prejuízos para os trabalhadores, além de se não fazer cumprir a linha do Partido, pois desviaria estes do caminho justo da luta, **que deve ter como campo principal de operações, digamos assim, os locais de trabalho.** Daí a necessidade inadiável de se compreender e fazer compreender a todos os militantes do Partido e estes às massas, que é nas **empresas — nos locais de trabalho — que se deve travar a batalha principal pela defesa das reivindicações dos trabalhadores.**

E para isso, há que fomentar a constituição de Comissões de Unidade em todas as empresas e locais de trabalho para coordenarem e dirigirem as lutas reivindicativas dos trabalhadores junto dos patrões, dos SN e das autoridades. Estas são as tarefas fundamentais das Comissões de Unidade que, como dizemos atrás, têm sido atribuídas erradamente, nalguns casos, às Comissões Sindicais, e, estas investidas de tarefas que pertencem inteiramente às Comissões de Unidade canalizam, como seria de prever, a sua acção para os SN, calando-se assim na concepção legalista de se fazer depender tudo dos SN.

As Comissões Sindicais, no caso concreto da luta por um novo Acordo Colectivo de Trabalho, como sucede actualmente na guma indústias importantes, cabe-lhes tomar a iniciativa de mobilizarem os trabalhadores (quando estes, pela acção das Comissões de Unidade, já estejam identificados com as reivindicações dos cadernos reivindicativos), para a convocação de Assembleias gerais extraordinárias nos SN com o fim de aí discutirem todas as cláusulas do Acor-

do Colectivo, exigindo que o mesmo não deverá ser elaborado sem a prévia discussão e aprovação dos trabalhadores. Cabe-lhes mais, como o salientou «O Militante» n.º 44, acompanhar a vida dos SN, alertar os trabalhadores contra as irregularidades nos SN e orientá-los em protestos, concentrações, assembleias, etc., etc.

Entretanto, repetimos, a direcção e coordenação dos movimentos reivindicativos cabe às Comissões de Unidade e não, como se vem verificando, nalguns casos, às Comissões Sindicais.

A SITUAÇÃO QUE ACABAMOS DE EXPOR, EXIGE QUE TODAS AS ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO, E, EM PRIMEIRO LUGAR, OS ORGANISMOS DIRIGENTES DOS SECTORES DE TRABALHO, ABRAM AMPLA DISCUSSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS COM VISTAS À **INTENSIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS**. POR OUTRO LADO, TORNA-SE NECESSÁRIO TOMAR MEDIDAS SÉRIAS PARA QUE A LINHA DO PARTIDO TENHA UMA APLICAÇÃO JUSTA NA PRÁTICA DA LUTA DIÁRIA, SENDO DE ACONSELHAR UM ESTUDO ATENTO DA COLECÇÃO DE «O MILITANTE», ONDE OS MEMBROS DO PARTIDO ENCONTRARÃO INDICAÇÕES PRECIOSAS **PARA A FOMENTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS DAS CLASSES TRABALHADORAS**.

IMPÕE-SE QUE SEJAM TOMADAS MEDIDAS RÁPIDAS NO SENTIDO DE SE TERMINAR DE VEZ COM A CONFUSÃO EXISTENTE ENTRE AS TAREFAS DAS COMISSÕES DE UNIDADE E AS TAREFAS DAS COMISSÕES SINDICAIS: QUE SEJAM INDICADAS PORMENORIZADAMENTE A TODOS OS MILITANTES DO P. AS TAREFAS QUE CABEM A UMAS E A OUTRAS (VER «O MILITANTE» N.º 44).

QUE SE FAÇA COMPREENDER A TODOS OS MILITANTES DO P. QUE É NAS EMPRESAS QUE SE DEVE TRAVAR A BATALHA PRINCIPAL PELA DEFESA DAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES MAS, CLARO, QUE AO MESMO TEMPO SE DEVE INTENSIFICAR A ACÇÃO DAS COMISSÕES DE UNIDADE, APOIADAS PELAS MASSAS, JUNTO DOS SN E DAS AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS NA LUTA PELAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES.

SAIBAMOS FOMENTAR, ORGANIZAR E ORIENTAR OS MOVIMENTOS REIVINDICATIVOS DAS MASSAS TRABALHADORAS! SAIBAMOS COLOCAR-NOS AUDACIOSAMENTE À FRENTE DAS MASSAS!

PRISÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ALTO ALENTEJO

EM 1947

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO

1 — No segundo trimestre de 1947, tiveram lugar no Alentejo grandes lutas das massas camponesas. Por todo o Alentejo foram formadas Comissões de praça e de unidade dos camponeses que, estreitamente ligadas às massas, conduziram centenas de lutas locais e regionais contra a exploração dos grandes agrários fascistas. Em Junho, sob a Direcção do Partido, mais de 40.000 camponeses e camponesas fizeram greve. A direcção central do sector (especialmente os camaradas Marcó e Francisco Miguel, membros do CC) e as organizações camponesas do Partido, dirigiram correctamente estas grandes lutas, dando magníficos exemplos de capacidade política e organizativa, coragem e abnegação. Como resultado destas lutas, os camponeses conquistaram melhores jornadas e melhores condições de trabalho e a organização, o prestígio e influência de massas do Partido saíram reforçados.

2 — O governo fascista tentou inicialmente reprimir este grande movimento lançando o terror contra as massas, tal como fizera em Abril de 1947, em Lisboa, com os 20.000 operários e operárias grevistas das empresas de construções navais e outras. Como primeira experiência, a aldeia de Vale de Vargo foi cercada pela GNR e invadida pela PIDE. Os camponeses mantiveram-se firmes. O governo fascista compreendeu que com tal repressão dirigida ao acaso contra as massas camponesas não conseguiria abafar o grandioso movimento. Mobiliz-



sou então em todo o Alentejo e região do Sado (a polícia, a GNR, autoridades locais, a Legião, lacaios fascistas, etc.), com o fim de localizar e prender os quadros do Partido dirigentes do movimento, bem como os mais destacados lutadores camponeses. Só no Alto Alentejo os esforços fascistas tiveram certo sucesso. Foram presos: Francisco Miguel, membro do Comité Central; João Veiga, funcionário do Partido e camaradas de Vila Viçosa, Redondo, Santa Suzana, Montolito, Machede, Borba, Arcos, Estremoz, Mora, Couço, Cabeção, Favia e Coruche, num total de 48 camaradas. Os comunistas mostraram uma vez mais, pelo seu sacrifício, serem os melhores defensores das classes trabalhadoras. A organização partidária do Alto Alentejo resistiu firmemente a estes golpes e manteve o seu trabalho regular, mostrando a sua solidez e a existência das suas fundas raízes nas massas.

3 — A par dos muitos progressos da organização do Alto Alentejo existem algumas graves debilidades no trabalho de organização e conspirativo, tais como ligações demasiadas e desnecessárias entre várias organizações, conhecimento por alguns camaradas de organizações diferentes da sua, fraco controle e fraca vigilância sobre o trabalho de organização e conspirativo por parte do organismo central do sector, tipo de trabalho individual do funcionário do mesmo sector, etc.. Estas debilidades facilitaram a acção da polícia fascista, mostrando-se assim uma vez mais que um bom trabalho de organização é indispensável para a defesa do Partido e que os erros no trabalho conspirativo são um verdadeiro crime contra o Partido.

4 — Uma vez mais se verificou também que, para sustentar uma ofensiva policial, é necessário, logo que o primeiro golpe é sofrido, tomar rápidas medidas de organização e de defesa e impôr nas organizações atingidas ou ameaçadas uma disciplina inflexível. Há camaradas de Direcção que, durante as ofensivas da PIDE, não tomam para sua defesa e para defesa das organizações, as medidas que o Partido aconselha. Tais camaradas pensam que, em tal situação, não tomar as precauções indicadas pelo Partido e «desprezar os perigos» é mostra de valentia e de amor pelo Partido. O Secretariado não pode deixar de considerar tal concepção como uma concepção caracterizadamente pequeno-burguesa, contrária à disciplina do Partido e inadmissível em quadros da direcção. Assim o Secretariado critica o camarada Francisco Miguel por não ter cumprido a resolução do seu organismo que o proibia de voltar à casa do camarada João Veiga, onde foi preso.

5 — Alguns camaradas presos deram altos exemplos de heroísmo perante o inimigo. O camarada **Francisco Miguel**, apesar de cruelmente martirizado, negou-se a fazer a mais pequena declaração à polícia, acusando depois o governo em pleno tribunal pelos espancamentos e torturas a que a PIDE submeteu os presos. O camarada **António José Patuleia**, camponês de Vila Viçosa, negou-se igualmente a prestar declarações e morreu heroicamente, assasinado por espancamentos. **Outros camaradas** resistiram valentemente à tortura, à fome e aos espancamentos sofridos na PIDE, não fazendo declarações prejudiciais, defendendo as suas organizações e os seus camaradas, defendendo o Partido e o povo português. Estes exemplos mostram a verdadeira tempera dos comunistas e constituem preciosas contribuições para o reforço da combatividade, moral revolucionária, espírito de sacrifício e abnegação em todo o P.

6 — Na sua conduta ante a polícia alguns camaradas, ainda que suportando valentemente as torturas na PIDE e não fazendo quaisquer denúncias, repetiram o erro de «confirmar o que a polícia já sabe», quando a polícia lhes apresentou algumas declarações de outros presos ou mostrou conhecer à sua actividade. De há muito, o Partido vem mostrando as graves consequências de uma tal conduta: com ela os camaradas são levados a fazer mais declarações, dão muitas vezes à polícia a certeza de que ela apenas supõe e facilitam assim a acção policial. Por outro lado, uma tal posição compromete os próprios camaradas, dando uma base para que os tribunais fascistas os condenem, o que poderia ser evitado se continuassem a negar todas as acusações. Uma tal posição reflete frequentemente falta de experiência mas traduz também uma quebra de espírito revolucionário dos comunistas perante o inimigo. A concepção de que é lícito aos membros do Partido «confirmar o que a polícia já sabe» tem de ser definitivamente varrida do Partido. A única posição justa é: ou negar a actividade e, nesse caso, nada há a confirmar; ou confirmar ser membro do Partido e, nesse caso, negar-se a fazer mais qualquer declaração. O Secretariado cita pe-

rante o Partido o exemplo do camarada **G. Costa Carvalho** que, preso recentemente, se negou a fazer qualquer declaração à polícia tanto sobre a sua actividade como sobre a sua vida pessoal.

7 — A par daqueles que tão honrosamente mostraram ser dignos do seu nome de comunistas, houve alguns presos que não resistiram às torturas, denunciando camaradas e prestando outros esclarecimentos à polícia sobre a actividade do Partido e sobre lutadores camponeses sem partido. Tais elementos não têm qualquer justificação. A sua má conduta não foi determinada por falta de experiência, mas por cobardia perante o inimigo. Tais elementos não têm lugar no nosso Partido. O Secretariado resolve pois expulsar do Partido:

a) **João Maria Campos** (de Mora), por ter feito denúncias sobre a actividade do Partido no Algarve, onde trabalhou durante algum tempo, do que resultaram muitas prisões; por ter feito amplas declarações sobre a actividade do Partido; por ter na prisão procurado provocar conflitos e a divisão entre os presos; por ter solicitado a protecção a chefes fascistas; por ter renegado o Partido. Este elemento é um verdadeiro inimigo do povo português;

b) **José António Rosado** (de Vila Viçosa), **José Júlio Rosa** (de Estremoz), **José Machado Carvalho** (de Borba), **Rufino Leal** (de Machado), **Vicente Relvas** (de Montijo), **Arnato David Braz** (de Couço), **João Camilo** (de Couço), por terem denunciado camaradas e feito outras declarações à polícia.

8 — Em relação a **João Velga**, funcionário do Partido, justificam-se sanções partidárias tanto por factos anteriores à sua prisão, como pela sua conduta na polícia. Quanto aos primeiros factos, o Secretariado resolve **censurá-lo**: por ter ocultado à direcção do Partido a forma antic conspirativa como alougou a casa onde morava; por realizar (contra resolução do Partido) reuniões amplas de camaradas camponeses e consentir o relaxamento conspirativo, ao ponto de permitir que nessas reuniões, fossem mencionadas as localidades e até os nomes de alguns camaradas; por não ter levado à prática as medidas conspirativas e a compartimentação necessária, para a continuação da luta camponesa. Quanto à sua conduta ante a polícia, o Secretariado não se considerou suficientemente informado e esclarecido. É certo que há aspectos da actividade partidária que **João Velga** defendeu. Mas não está esclarecida a forma como a sua casa foi localizada pela polícia. Sabê-se que a PIDE procura muitas vezes «queimar» e desacreditar os militantes perante o Partido e as massas. Mas **João Velga** no tribunal, não contestou a afirmação que aí foi feita de que os seus depoimentos facilitaram o trabalho policial.

Na impossibilidade de aplicar uma sanção devidamente fundamentada, mas considerando os lados negativos já conhecidos da conduta de **João Velga**, o Secretariado resolve **suspendê-lo de toda e qualquer actividade partidária, até esclarecimento posterior da sua conduta na polícia.**

9 — O Secretariado salienta a todas as organizações do Partido, a necessidade de levarem a cabo um decidido esforço para eliminarem as deficiências do trabalho de organização e conspirativo, verificadas no Alto Alentejo e para educarem os quadros do nosso Partido na ideia da intransigência perante o inimigo, na ideia firme, de, uma vez presos, não prestarem quaisquer declarações, no espírito da valentia, da abnegação e do heroísmo.

Janeiro de 1949

O Secretariado do Comité Central

Por um melhor e mais regular pagamento da imprensa e da cotização

Raramente temos tratado em separado destes problemas no «MILITANTE»; mas porque estas deficiências da nossa actividade, independentemente de afectar as finanças do Partido, são reflexo, em geral, de mau controle dos órgãos, julgamos oportuno, hoje, analisar alguns aspectos destes deficiências que contribuem para a existência dum mau trabalho na maioria das organizações. Primeiramente, queremos accentuar que o pagamento da cotiza-

ção e da imprensa é um dever elementar de todo o militante do nosso P. Além disto, o melhor ou pior cumprimento destas duas tarefas, é um índice que nos revela a forma como os organismos funcionam. Desde que uma organização consiga com regularidade obter os fundos que correspondam, o mais aproximadamente, ao número dos seus militantes e ao número de jornais distribuídos, é sinal de que o seu funcionamento é normal e de que, em geral, as restantes tarefas também são cumpridas com regularidade. A maioria das nossas organizações, não consegue receber os fundos que era justo esperar tendo-se em conta o número de militantes e o número de jornais que distribue.

Isto demonstra-nos a existência de debilidades de execução e de controle e mostra nos que nem todos os controladores dispõem a atenção devida a este problema que traz consigo entraves à formação duma verdadeira mentalidade bolchevique nos nossos militantes.

Todo o militante do Partido, independentemente do dever que lhe cabe de pagar com regularidade a sua cotização e imprensa, **é responsável perante o Partido pelo pagamento da imprensa que por seu intermédio é distribuída;** cabe aos controladores providenciar para que estas tarefas sejam cumpridas. Em vista disto, não se compreende muito bem porque não se exige o seu cumprimento e não se tomam medidas práticas para uma melhor execução. Se assim o não fizermos, não auxiliaremos os camaradas a cumprir estes deveres de militantes e não só não trabalhamos para o melhoramento das suas qualidades, como também não lhes damos um sentido correcto das suas responsabilidades como membros do nosso Partido.

Analizemos alguns aspectos destas debilidades que urge remediar:

SOBRE O PAGAMENTO DA COTIZAÇÃO

Muitas das nossas organizações não realizam a cobrança da cotização aos seus elementos nas reuniões deixando este problema fora da agenda de trabalhos. Daqui resulta que muitos camaradas não pagam regularmente a sua cotização, não porque o não possam fazer ou tenham dificuldades nisso, mas sim porque não o discutindo sempre e em todas as reuniões, torna-se impossível fazer o controle integralmente. Noutros casos acontece que, em organismos que não reúnem com regularidade, por razões várias, os controladores não procedem à cobrança das cotizações referentes ao período que mediu entre 2 reuniões. Há mesmo camaradas que desconhecem, porque nunca foram esclarecidos convenientemente, que **devem pagar a sua cotização referente aos períodos em que o organismo não reúne.**

SOBRE O PAGAMENTO DA IMPRENSA

Como principal deficiência nesta tarefa, é de salientar que uma grande parte da responsabilidade cabe ao controlador. Acontece com frequência existirem controladores que não têm conhecimento das quantidades de material que é distribuído pelos organismos que controlam e como e quando essa distribuição é feita. Acontece mesmo que alguns controladores só tardia ou acidentalmente recebem o que lhes é destinado. Desnecessário é salientar que esta deficiência não só impede um controle sobre o pagamento da imprensa, como também prejudica o desenvolvimento político do controlador, impedindo-o de realizar uma assistência política capaz ao próprio organismo.

Estas deficiências mostram-nos a necessidade dum maior e melhor controle no pagamento da cotização e da imprensa quer aos organismos por parte dos controladores, quer da direcção do Partido aos controladores. **É necessário que todos os nossos militantes, começando pelos camaradas de direcção, dadiquem maior cuidado a estas tarefas e que elas sejam incluídas obrigatoriamente na ordem de trabalhos das reuniões.**

Impõe-se, pois, que a cobrança da cotização seja feita nas reuniões dos organismos e corresponda a um ponto da ordem nos trabalhos. Que, sempre que possível, seja responsabilizado um camarada pelo controle do pagamento e distribuição da imprensa dentro de cada organismo tendo-se no entanto em conta que esse controle não leve ao ponto de se cair no pormenor que exige o apontamento de localidades, locais de trabalho ou nomes e possam ser prejudiciais conspícuamente. Avante, pois, por um controle mais eficaz sobre o pagamento da cotização e da imprensa. Que toda a organização organize o seu trabalho de forma a permitir, o mais aproximadamente possível, a resolução do ponto da cotização dos seus membros e da imprensa distribuída.